



**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL** Nº 175584-4 - Panelas

**APELANTE:** HIPERCARD - Banco Múltiplo S/A

**APELADO:** Aécio de Lucena Miranda e Naide Celerino Fonseca de Lucena

**RELATOR:** DES. EDUARDO SERTÓRIO


**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - AFASTAMENTO DE INCLUSÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO NEGADA - LITISCONSORTE - DANOS MORAIS MOTIVADOS PELA IMPOSSIBILIDADE DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DIANTE DA NEGATIVAÇÃO DO NOME DA ESPOSA - NÃO CONFUGURAÇÃO - AUSÊNCIA DE PROVA - DECISÃO APELADA REFORMADA EM PARTE À UNANIMIDADE.

- 1 O simples fato da negativação do nome da Apelada em órgão de proteção de crédito por dívida paga é suficiente para a caracterização de danos morais. Precedentes do STJ.
- 2 Não há motivo para minoração do valor da indenização arbitrada, tendo em vista a equivocada conduta, a sua repercussão negativa e o potencial financeiro da empresa administradora de cartão de crédito.
- 3 Indenização fixada para os danos morais no valor de R\$ 10.000,00(dez mil reais) para a Apelada não é considerada com exagerada segundo precedentes do STJ para casos análogos.
- 4 Não caracterizado os danos morais ao litisconsorte baseado na alegação da impossibilidade de contratação de empréstimo motivado pela negativação do nome de sua esposa ora Apelada, diante da ausência de provas neste sentido.
- 5 Apelo provido parcialmente.
- 6 Condenação do Apelado nos ônus da sucumbência para suportar metade das custas processuais e pagar honorários advocatícios à Apelante no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) arbitrados conforme estabelece o art. 20, §4º do CPC.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 175584-4 em que figuram como Apelante HIPERCAD BANCO MÚLTIPLO S/A e como Apelados AÉCIO DE

LUCENA MIRANDA E NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "*À unanimidade, deu-se parcial provimento a apelação nos termos do voto do relator*", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 11-1-7



**Desembargador Eduardo Sertório**  
Relator

0100  
85000

231



**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL** Nº 175584-4 - Panelas

**APELANTE:** HIPERCARD - Banco Múltiplo S/A

**APELADO:** Aécio de Lucena Miranda e Naide Celerino Fonseca de Lucena

**RELATOR:** DES. EDUARDO SERTÓRIO

**RELATÓRIO**

Cuido de apreciar recurso de apelação interposto por HIPERCARD - Banco Múltiplo S/A contra sentença do juiz da vara única da comarca de Panelas que condenou o apelante a pagar ao Sr. Aécio de Lucena Miranda e Naide Celerino de Lucena, ora apelados, indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**Ação:** Os ora apelados moveram ação ordinária de reparação civil, buscando indenização por danos morais e retirada do nome da segunda Apelada do órgão de proteção de crédito, devido a inexistência de suposta dívida no valor de R\$ 154,29 (cento e cinquenta e quatro reais e vinte e novos centavos) cobrada indevidamente pelo ora Apelante, causando sérios transtornos as suas reputações.

**Contestação:** apresentada às fls. 25/41, alega ilegitimidade passiva, diante do fato de constar em trecho da petição inicial que o ato ilícito foi praticado pela TELEMAR e no mérito alega a regularidade da cobrança e inexistência de danos morais.

**Sentença:** às fls. 61/65 não acolheu a preliminar de ilegitimidade por entender se tratar de mero erro de digitação e no mérito julgou a ação procedente determinando a manutenção da tutela antecipada anteriormente concedida para excluir o nome da segunda Apelada do rol de inadimplentes e condenou o HIPERCARD a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada Apelado.

**Apelação:** interposta pelo HIPERCARD às fls. 68/78, defende inexistir dano moral, mas simples aborrecimento e insurge-se contra o valor da indenização fixada pelo juiz de primeira instância.

**Fundamentação legal:** artigos 186, 884 e 927 do Código Civil, art. 20, §3º do CPC e art. 5º, V, X e LV da Constituição Federal.

É o relatório, à revisão.

Recife, 11 de agosto de 2009  
Eduardo Sertório

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
Relator

asb - AP nº 175584-4

Despacho.  
Revisão.  
A parte -  
Recife, 27/08/09.  
[Assinatura]



**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

**3ª CÂMARA CÍVEL**

232  
/

110

**APELAÇÃO CÍVEL** Nº 175584-4 - Panelas

**APELANTE:** HIPERCARD – Banco Múltiplo S/A

**APELADO:** Aécio de Lucena Miranda e Naide Celerino Fonseca de Lucena

**RELATOR: DES. EDUARDO SERTÓRIO**

**VOTO**

Com o presente recurso apelatório, a HIPERCAD visa ser isentada da indenização conferida a título de danos morais pelo juízo sentenciante, pela negativação de Naide Celerino Fonseca de Lucena.

Nesse propósito, pontua ser indevida a indenização. Entretanto, pela eventualidade pretende a redução do valor da condenação determinado na sentença recorrida por considerar excessivo.

Prospera em parte o pleito recursal.

Importante destacar que existe formação de litisconsórcio ativo facultativo, ou seja, ambos os ora apelados ajuizaram a presente ação buscando reparação civil.

Ocorre que, na leitura do documento de fls. 13, verifica-se apenas a negativação da apelante NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA no SPC pelo HIPERCARD.

No tocante ao apelado AÉCIO DE LUCENA MIRANDA, seu pedido de indenização por danos morais tem como causa de pedir suposta tentativa de contratação de empréstimo junto ao Banco do Nordeste S/A e sua recusa pelo fato da sua esposa NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA, ora apelada, encontrar-se negativada no SPC pelo HIPERCAD.

Neste aspecto, a decisão recorrida merece reforma.

Verifica-se na própria decisão recorrida o equívoco do magistrado monocrático que em toda fundamentação se referiu a negativação de ambos os ora Apelados no SPC, quando isso não aconteceu, conforme o próprio Apelado assevera às fls. 04 da petição inicial.

Não existe qualquer demonstração nos autos dos fatos constitutivos do direito do Sr. AÉCIO DE LUCENA MIRANDA para a caracterização do dano moral alegado, ônus este que lhe competia por força do disposto no art. 333, inc. I do CPC.

8

111  
233

Do documento de fls. 16, além de quase ilegível, extrai-se apenas ser o Apelado participante do projeto de irrigação e encontrar-se apto perante o DNOCS a contratar crédito oferecido pelo Banco do Nordeste do Brasil, ou seja, o documento é contrário as suas alegações.

Em momento algum, restou demonstrada a impossibilidade do Apelado não contratar o crédito do seu interesse junto ao Banco do Nordeste pelo fato da sua esposa ora Apelada encontrar-se negativada.

E neste caso, não há como se inverter o ônus da prova, vez que não se encontram presentes quaisquer das situações previstas no art. 6º, inc. VIII do CDC. Entender o contrário exigiria do Apelante o ônus de produzir prova classificada pela doutrina como "diabólica".

Portanto, deve ser afastada da condenação a indenização concedida ao Apelado AÉCIO DE LUCENA MIRANDA devido a falta de comprovação do fato constitutivo do seu direito.

O mesmo não se pode dizer no tocante a Apelante NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA. Isso porque houve a negativação do nome da Apelada no SPC por dívida já paga, conforme demonstram os documentos carreados às fls. 13/15.

É indiscutível a reprovabilidade da conduta do HIPERCARD, tendo provocado considerável abalo a moral de NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA a merecer reparação indenizatória.

A doutrina, ao definir a ocorrência do dano moral, abarca o caso em análise, como se denota das lições de Savatier:

"é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo **atentado à reputação da vítima**, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc".<sup>1</sup>

Não há plausibilidade ao argumento do HIPERCAD quando tenta eximir-se da indevida inscrição do nome de NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA nos órgãos de restrição ao crédito, ao defender se tratar de mero aborrecimento.

Assim, verificam-se presentes o ato ilícito, o nexo de causalidade, e o dano, ensejadores da reparação pecuniária arbitrada pelo juízo sentenciante.

Estando presentes tais requisitos é obrigatória a reparação indenizatória, compreensão extraída dos Tribunais pátrios como se denota das jurisprudências abaixo transcritas:

<sup>1</sup> Traité de La Responsabilité Civile, vol. II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989.

**ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. QUANTUM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR EXORBITANTE. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. DISSENSO INTERPRETATIVO NÃO-COMPROVADO. SITUAÇÕES FÁTICAS DÍSPARES. MATÉRIA DE PROVA. INADMISSIBILIDADE NA ESFERA DO ESPECIAL.**

1. Versa a demanda sobre pedido de indenização por danos morais sofridos em razão de inclusão indevida do nome da recorrida nos órgãos restritivos de créditos pela Telemar Norte Leste S/A.

2. Não ocorreu a alegada violação do art. 535 do CPC, pois o aresto impugnado analisou suficientemente os pontos apresentados como omissos pela recorrente.

3. No que se refere à omissão quanto ao exame dos artigos 159 e 160 do CC/1916 e 131, 165 e 333, I, do CPC, o TJMA analisou de forma implícita a matéria jurídica neles inserida, afastando a sua aplicação ao caso.

4. A revisão da conclusão assumida pelo Tribunal de origem, baseada nos elementos fático-probatórios depositados nos autos, não pode ser objeto de análise no âmbito do recurso especial em face da vedação sumular n. 7/STJ.

5. a prova do dano moral causado revela-se na própria negativação do nome da empresa no cadastro de inadimplentes, resultando em prejuízo tanto no exercício de sua atividade comercial como nas operações de créditos em instituições bancárias, prescindindo de outros elementos probantes.

6. **No particular, a indevida inscrição do nome da empresa/autora nos cadastros restritivos ao crédito, ocorrida duas vezes, resultou de débitos inexistentes.**

7. **O VALOR FIXADO PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM NÃO DESTOA DOS CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, NEM DEMONSTRA EXORBITÂNCIA CAPAZ DE GERAR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO À AUTORA, REQUISITOS AUTORIZADORES DA INGERÊNCIA DESTA TRIBUNAL, OU SEJA, QUE PERMITEM A ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO PELA CORTE ORDINÁRIA.**

8. **RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO-PROVIDO.**

(REsp 1034434/MA, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2008, DJe 04/06/2008).

**AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NA SERASA. PROVA DO DANO. DESNECESSIDADE. DANOS MORAIS. VALOR DA CONDENAÇÃO. RAZOABILIDADE.**

I - **A exigência de prova de dano moral se satisfaz com a demonstração da existência de inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes.**

II - É possível a intervenção desta Corte para reduzir ou aumentar o valor indenizatório por dano moral apenas nos casos em que o quantum arbitrado pelo acórdão recorrido se mostre irrisório ou exagerado, situação que não se faz presente no caso concreto.

Agravo improvido.

113  
235

(AgRg no Ag 979.810/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/03/2008, DJe 01/04/2).

Não é diferente a orientação do Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme ementa que segue:

**APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL E CONSUMERISTA. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO. PROVIMENTO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM VALOR INFERIOR AO PEDIDO. EXISTÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO. APONTAMENTO INDEVIDO DO NOME DO AUTOR PERANTE ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. DANO MORAL INDELÉVEL. OBRIGATORIEDADE DE REPARAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE OBSERVA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO. APELAÇÃO E ADESIVO IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.- O provimento do pleito de indenização por danos morais em patamar inferior ao pretendido na inicial rende ensanchas à interposição de recurso adesivo;- O LANÇAMENTO INDEVIDO DOS NOMES DOS AUTORES NO ROL DE INADIMPLENTES DO SPC E DO SERASA TIPIFICA OFENSA MORAL INDENIZÁVEL, INDEPENDENTEMENTE DE EVENTUAL PREJUÍZO ECONÔMICO;- O valor da indenização deve atender, entre outros aspectos, às condições das partes e ao equilíbrio entre a compensação do sofrimento e a prevenção da reincidência, devendo ser mantido quando arbitrado em observância a tais balizas.**

(Apelação Cível: 150219-6. Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes. Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 30/7/2008. Publicação: 144).

Dessa forma, não resta dúvida quanto a ocorrência de dano moral, dada a efetivação do cadastramento indevido do nome de NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA no rol de inadimplentes do SPC.

Acerca da quantificação da indenização arbitrada a legislação trata do tema através de linhas gerais sem especificar valores precisamente a serem pagos.

Liquidar o dano consiste em determinar o *quantum*, em pecúnia, que incumbirá ao causador do dano despendar em prol do lesado.

A finalidade jurídica da liquidação do dano consiste em tornar realidade prática à efetiva reparação do prejuízo sofrido pela vítima. Reparação do dano e liquidação são dois termos que se completam.

De forma geral, o dano moral é fixado de acordo com o livre convencimento do juiz responsável pelo julgamento do processo, sendo certo que esse deve considerar a experiência, os casos análogos, as discussões doutrinárias e jurisprudências, a fim de tornar o valor fixado como fiel punição ao causador do dano e por outro lado não caracterizar o enriquecimento ilícito do ofendido.

Tal entendimento é encampado pelo STJ:

**O que efetivamente não deve ocorrer é a fixação de valores excessivamente altos, valores esses fixados através de decisões que não se pautaram na análise dos fatos e na constatação efetiva de que realmente o dano causado proporcionou ao ofendido sofrimento e prejuízo que justifique uma alta indenização e sim pautadas através da verificação das posses e condições social do ofensor.** O *quantum* indenizatório não pode ir além da extensão do dano. Se este é moderado, a indenização não pode ser elevada apenas para punir o lesante. Enfim, todos os danos sofridos e devidamente comprovados em razão de erro médico são indenizáveis, entretanto, cabe ao judiciário fixar valores de forma variável de acordo principalmente com a análise profunda de cada caso e com a própria extensão do dano.

(Resp 135.202-0 - SP, 4ª Turma, Rel. Min. Sávio de Figueiredo).

Os objetivos do dano moral segundo a jurisprudência são a reparação do dano, buscando minimizar a dor da vítima, e a punição do ofensor, para não voltar a rescindir.

A valoração do dano moral é juridicamente possível, devendo-se levar em consideração, de acordo com o critério da moderação e da razoabilidade, aspectos como: a situação econômica do causador do dano; seu grau de dolo ou culpa; sua conduta frente ao lesado, após o ato ilícito; as consequências do ato ilícito; a situação econômica do lesado e sua conduta, à época do fato.

Deve-se enfatizar, necessariamente, o equilíbrio correlativo entre o valor da indenização e o patrimônio do causador do dano, no caso, uma grande empresa nacional de telefonia.

Nesse sentido, convém trazer à colação ensinamento de Sérgio Cavalieri Filho:

"Cabe ao juiz, de acordo com o seu prudente arbítrio, atentando para a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor, estimar uma quantia a título de reparação pelo dano moral. (...) Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. A razoabilidade é o critério que permite cotejar meios e fins, causas e consequências, de modo a aferir lógica da decisão"<sup>2</sup>

No caso em comento, a Apelada NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA enfrentou situações vexatórias com a negativação em órgão de restrição creditícia (fl. 13), em decorrência de negligências da HIPERCARD.

Acerca da valoração do dano moral o STJ se manifesta nos seguintes parâmetros:

<sup>2</sup> CAVALIERI FILHO, SERGIO. Programa de Responsabilidade Civil, 3 ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2002. p. 95/97



EMENTA: DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS PREJUÍZOS. VALOR. RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO.

1 - A inscrição indevida do nome da pessoa jurídica em cadastros de inadimplentes gera o direito à indenização por danos morais, sendo desnecessária a comprovação dos prejuízos suportados, pois **são óbvios os efeitos nocivos da negativação perante o meio social e financeiro.**

**2 - O valor da indenização por danos morais somente é revisto nesta sede em situações de evidente exagero ou manifesta insignificância, o que não ocorre no caso em análise, onde o montante foi fixado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).**

3 - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 777.185/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 29.10.2007).

**EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL -- AGRAVO REGIMENTAL -- AGRAVO DE AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. SERASA. DANOS MORAIS. VALOR. RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO.**

1 - O valor da indenização por danos morais somente é revisto nesta sede em situações de evidente exagero ou manifesta insignificância, **o que não ocorre no caso em análise, onde o montante foi fixado em R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).** 3 - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 957.108/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 25.02.2008).

Diante disso, entendo pela razoabilidade do valor arbitrado na sentença ora recorrida, no valor de R\$ 10.000,00, para a Apelada.

Face ao exposto, conheço do recurso apelatório, e no mérito **DOU PARCIAL PROVIMENTO**, para julgar improcedente o pedido de danos morais formulado pelo litisconsorte AÉCIO DE LUCENA MIRANDA mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos no tocante à Apelada NAIDE CELERINO FONSECA DE LUCENA.

Com relação ao litisconsorte AÉCIO DE LUCENA MIRANDA, inverte o ônus da sucumbência, condenando-o a suportar metade das custas processuais e a pagar honorários advocatícios à Apelante no valor que arbitro em R\$500,00 (quinhentos reais) nos termos do art. 20, §4º do CPC.

É como voto.

Recife, 11/10/08

re EFS carv

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**

Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

238

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE/REVISOR)

Como Revisor, eu voto no mesmo sentido do Desembargador Relator, dando provimento parcial ao apelo.

Peço o voto do Desembargador Sílvio Beltrão.

---

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Acompanho o voto da Turma.

---

DECISÃO:

"UNIFORMEMENTE, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

---

*[Assinatura]*